

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.756 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : JOSÉ PEDROSO
RECTE.(S) : MARIA LUIZA GUEDES PEDROSO
ADV.(A/S) : HEITOR FELIPPE
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

DECISÃO: Compulsando os autos, verifico que o agravo foi interposto em 27.08.2015 (eDOC 3, p. 74), ao passo que a intimação da decisão que inadmitiu o apelo extraordinário ocorreu em 03.08.2015 (eDOC 3, p. 58), segunda-feira, data da publicação da decisão agravada. Assim, o *dies a quo* para contagem do prazo é 04.08.2015, terça-feira, e o termo final é 13.08.2015, quinta-feira.

Intempestivo, portanto, o agravo.

Consigna-se que esta Corte possuiu entendimento, segundo o qual os embargos de declaração contra decisão de admissibilidade de recurso extraordinário não suspendem ou interrompem o prazo porquanto são incabíveis.

Nesse sentido, confirmam-se as ementas dos seguintes julgados, respectivamente: ARE 767.991-AgR, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe 25.03.2014; e do AI 768.107-AgR-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 03.11.2014:

“AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS INCABÍVEIS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. INTEMPESTIVIDADE. O agravo interposto da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário é intempestivo, porquanto prevalece nesta Corte o entendimento de que os embargos de declaração opostos da decisão que, na origem, nega seguimento a recurso extraordinário, por serem manifestamente incabíveis, não suspendem ou interrompem o prazo para a interposição de recurso. Agravo regimental a que se nega provimento.”

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA NACIONAL DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS INCABÍVEIS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA AFASTAR A INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL PORÉM SE NEGA PROVIMENTO. I – A ausência de intimação pessoal da Fazenda Nacional impede seja decretada a intempestividade do agravo regimental. II – O agravo interposto da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário é intempestivo, porquanto prevalece nesta Corte o entendimento de que os embargos de declaração opostos da decisão que, na origem, nega seguimento a recurso extraordinário, por serem manifestamente incabíveis, não suspendem ou interrompem o prazo para a interposição de recurso. III – Embargos de declaração acolhidos para afastar a intempestividade do agravo regimental da União (Fazenda Nacional), ao qual, porém, se nega provimento.”

Ante o exposto, não conheço do agravo, nos termos dos arts. 544, § 4º, I, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente